

ISSN 000-0000

BOLETIM DE CONJUNTURA

MERCADO DE TRABALHO

2º TRIMESTRE DE 2026

Governo do Estado da Bahia

Jerônimo Rodrigues

Secretaria do Planejamento – Seplan

Cláudio Ramos Peixoto

Superintendência de Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia – SEI

José Acácio Ferreira

Diretoria de Pesquisas – Dipeq

Rodrigo Barbosa de Cerqueira

Coordenação Editorial

Luiz Fernando Araújo Lobo

Elaboração Técnica

Filipe Oliveira Silva

Luiz Fernando Araújo Lobo

Silvânia Ferreira Conceição

Coordenação de Biblioteca e Documentação – Cobi
Normalização

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Editoria-Geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto Guanaís

Coordenação de Produção Editorial

Editoria de Arte

Ludmila Nagamatsu

Projeto Gráfico

Nando Cordeiro

Editoração

Perivaldo Barreto Pereira

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., 435, CAB.

Cep: 41.745-002. Salvador(BA)

Tel.: (71) 3115 4733

www.sei.ba.gov.br

sei@sei.ba.gov.br

SUMÁRIO

SEGUNDO TRIMESTRE DE 2026 **1**

CENÁRIO ECONÔMICO **2**

MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO O CAGED **3**

MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO A PNADC **11**

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO **22**

Expectativa dos empresários baianos para o emprego **22**

NOTA METODOLÓGICA **25**

Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano **25**

SEGUNDO TRIMESTRE DE 2026

A sociedade brasileira enfrenta, há algum tempo, um forte garrote monetário, que tem na elevada taxa básica de juros sua expressão máxima (hoje ainda em incríveis 14,0% ao ano). Mesmo com consumo, empréstimos, financiamentos e investimentos acorrentados por conta de uma política monetária altamente contracionista, a economia vem mantendo certo grau de dinamismo. Quanto a isso, o mercado de trabalho, mesmo em um ambiente permeado por entraves, tem tido importante contribuição e, em face da resiliência que vem demonstrando, continua merecendo menção honrosa.

O mercado de trabalho, neste contexto, vem conseguindo se manter como peça importante para o movimento das engrenagens da atividade econômica, com recordes positivos em alguns de seus indicadores. No entanto, por outro lado, não tem como deixar de constatar, mesmo que sutis, alguns sinais de perda de ritmo podem ser identificados – o que provavelmente tem mais a ver com um freio conjuntural do que com qualquer grau de declínio econômico, mas que carrega alguma preocupação para o médio e longo prazos.

Para os próximos meses, a princípio, apesar da dificuldade em se precisar a magnitude do desempenho futuro, há chances de materialização de um cenário econômico marcado por perda adicional de dinamismo, ou seja, é bem possível que os avanços se deem de forma mais comedida do que outrora. No âmbito do mercado de trabalho, a melhoria dos níveis de emprego e renda deve assumir um compasso relativamente mais lento, pois pode ser impactada por pelo menos quatro fatores de aspecto negativo: i) sazonalidade: o mercado de trabalho formal costuma perder força no segundo semestre por conta da temporalidade de importantes setores da economia; ii) incerteza: o ambiente econômico ficou marcadamente mais instável, principalmente por causa da cena política internacional, que se revelou ainda mais conturbada após a imposição de altas tarifas por parte dos Estados Unidos a muitos produtos brasileiros – prejudicando qualquer perspectiva de estabilidade e, conseqüentemente, afetando a tomada de decisão do empresariado brasileiro e baiano, principalmente no que diz respeito a contratações e investimentos futuros (isso sem citar os conflitos geopolíticos internacionais); iii) desaceleração da atividade econômica: há chances consideráveis de que tanto a economia brasileira quanto a economia baiana cresçam menos no segundo semestre, dificultando a geração de empregos, principalmente aqueles com carteira assinada; e iv) período eleitoral: as eleições tendem a afetar as ações e expectativas dos agentes econômicos e, por consequência, as decisões de consumo e investimento. Enfim, vale destacar, apesar de tudo, a expectativa é de que a economia siga crescendo e o mercado de trabalho continue incorporando trabalhadores e gerando renda, mesmo que experimentando ritmo menos intenso.

A conjuntura do mercado de trabalho baiano foi aqui exposta tendo por base tanto os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, quanto os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sem se propor a uma análise de maior aprofundamento e com foco em informações trimestrais, o presente texto visa retratar o cenário mais recente do mercado de trabalho local, contrapondo tais estatísticas com as correspondentes séries históricas e com os indicadores das realidades nacional e regional quando se mostrar interessante.

CENÁRIO ECONÔMICO

De acordo com os dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o nível de atividade econômica do estado no segundo trimestre de 2026, em matéria de Produto Interno Bruto (PIB), expandiu 2,3% no confronto com o mesmo período do ano anterior – crescimento, portanto, superior ao observado para o Brasil como um todo, que foi de 2,0%. Trata-se da 22ª alta nessa base de comparação após cinco recuos seguidos. No caso, dois dos três grandes setores produtivos registraram expansão: o segmento agropecuário, com taxa de 5,7%; e o setor de serviços, com alta de 2,8%. O grupamento industrial, portanto, foi aquele com queda no confronto anual, variação negativa de 2,2%. Em comparação ao trimestre imediatamente antecedente (série com ajuste sazonal), houve uma ampliação de 1,0% do PIB baiano.

Efetivamente, conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativo ao mês de junho, a estimativa para a safra baiana de grãos de 2026 apontou para uma provável alta de 3,2% em relação ao volume do ano de 2025, quando a produção havia totalizado 12,840 milhões de toneladas (maior montante da série histórica para o conjunto de produtos pesquisados). A produção física estimada de grãos, assim, deverá fechar o ano com aproximadamente 13,257 milhões de toneladas, o que passaria a ser o melhor resultado do levantamento. Dessa forma, com a área colhida sendo provavelmente 1,8% maior, a produtividade, entendida como a relação entre produção física e área colhida, deverá aumentar em 1,5% de um ano ao outro.

Em relação à indústria, de acordo com as informações da Pesquisa Industrial Mensal, do IBGE, a produção baiana acumulada de abril a junho de 2026 teve uma retração de 3,4% frente ao montante produzido no mesmo intervalo de 2025 – delimitando uma trajetória de sete quedas seguidas nessa base de comparação. O decréscimo no ritmo produtivo do setor ocorreu somente na indústria de transformação, a qual regrediu 4,1%, já que na indústria extrativa houve avanço de 8,3% em relação ao montante produzido no segundo trimestre de 2025. No acumulado de 12 meses, o quadro também indicou uma redução para o total da atividade fabril, com recuo de 2,4% em relação a igual período imediatamente anterior.

O setor de serviços apresentou crescimento no trimestre mais recente. Conforme a Pesquisa Mensal de Serviços, do IBGE, o volume de serviços prestados, acumulado entre abril e junho de 2026, em relação ao observado nos mesmos meses de 2025, exibiu uma elevação de 3,9% – terceira alta consecutiva na comparação interanual por trimestre móvel. No acumulado de 12 meses, que no caso vai de julho de 2025 a junho de 2026, por outro lado, a variação se mostrou negativa, apontando retrocesso de 0,4% comparativamente ao conjunto de 12 meses imediatamente antecedente.

Relativamente à atividade comercial, a Pesquisa Mensal de Comércio, do IBGE, mostrou uma alteração positiva no volume de vendas do varejo baiano no segundo trimestre de 2026, no confronto interanual, com aumento de 2,6%. A comparação com o mesmo período do ano anterior apresentou a 15ª alta trimestral seguida. No acumulado de 12 meses, frente a igual intervalo imediatamente anterior, o indicador para o volume de vendas apontou alta de 3,9%.

No que se refere às perspectivas futuras do empresariado local quanto à economia e aos negócios, ao final do segundo trimestre de 2026, conforme o Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB), calculado pela SEI, a confiança piorou, já que se mostrou mais

atrofiada do que ao término do intervalo imediatamente antecedente. Ao longo do trimestre, o ICEB continuou a exibir resultado negativo (abril, -145 pontos; maio, -115 pontos; e junho, -133 pontos), o que vem acontecendo desde fevereiro de 2024. O referido trimestre foi marcado por oscilação da confiança mês a mês. O indicador de maio foi o único que captou variação positiva na margem. Os meses de abril e junho, por sua vez, registraram quedas, com aquele primeiro exibindo o maior dos recuos. Ao fim do trimestre, o indicador apontou o segundo menor nível de confiança do ano e o segundo menor desde o observado em setembro de 2025. Enfim, houve certa involução de um trimestre ao seu consecutivo, com o indicador rebaixando seu nível. Dessa forma, mesmo sem qualquer trajetória consolidada de ampliação da incerteza e de piora das expectativas, simplesmente ao indicar aumento do pessimismo, os últimos resultados do ICEB voltam a suscitar dúvidas quanto a um cenário mais promissor ou menos adverso num futuro próximo.

MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO O CAGED

De acordo com as estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, na Bahia, no segundo trimestre de 2026, o saldo de empregos com carteira assinada foi positivo, indicando uma geração líquida de 25.842 postos¹. A dinâmica com mais admissões do que desligamentos, no entanto, foi apurada em todos os meses do referido intervalo. O mês de junho foi o de maior geração no intervalo, com 8.985 novas vagas – aliás, segundo melhor resultado mensal do ano (atrás apenas do de março, de 15.564 novos postos). Os meses de abril e maio testemunharam excedentes menos destacados, com 8.770 e 8.087 novos postos, respectivamente. Apesar de positivos, os saldos oscilaram ao longo dos meses do referido trimestre – diferentemente do que foi visto no conjunto dos mesmos meses do ano passado, quando os resultados decresceram no referido intervalo. Entretanto, vale salientar, dois dos meses do intervalo observado evidenciaram apuração inferior ao de um ano atrás (abril e maio, no caso) – uma sinalização que serve como alerta quanto a uma eventual perda de compasso da geração futura de postos de trabalho.

O saldo de empregos com registro em carteira também foi positivo para o país como um todo no agregado dos meses de abril a junho de 2026, com 306.816 vínculos a mais. Ademais, todas as regiões ampliaram o número de postos de trabalho no referido período. Em termos absolutos, o Sudeste (+158.349 vagas) evidenciou o melhor desempenho e o Sul (+10.777 postos) exibiu o cenário menos favorável. Das unidades da Federação, houve surgimento líquido em 25 delas no trimestre. No *ranking* nacional, do maior ao menor saldo, a Bahia, com acréscimo líquido de 25.842 oportunidades ocupacionais, ficou na quarta posição, três colocações acima da verificada no intervalo imediatamente anterior. Entre os estados nordestinos, a Bahia evidenciou o melhor resultado absoluto, enquanto Pernambuco (+15.951 postos) e Rio Grande do Norte (+200 vagas) exibiram o segundo maior e o menor saldo regional no trimestre analisado, respectivamente.

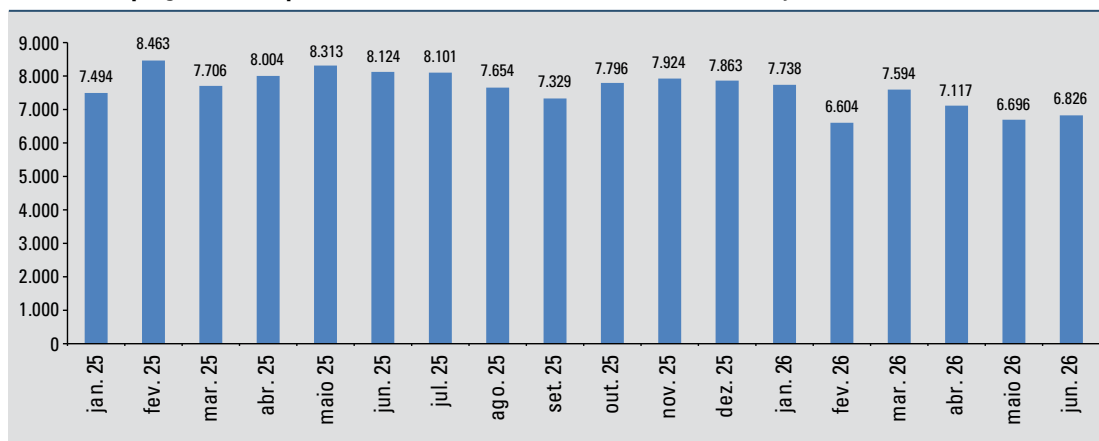
1 Conforme o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cumpridas as etapas do cronograma de implantação, o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (*eSocial*) passou a substituir o Sistema Caged como meio para a prestação de informações sobre as movimentações de trabalhadores por parte do empregador.

Ao longo de 2026, de janeiro a junho, quando se soma os resultados do primeiro e do segundo trimestres, o saldo acumulado de 55.594 postos em território baiano representou uma ampliação de aproximadamente 2,60% no estoque de empregos com carteira assinada, que passou de 2.138.254 vínculos ativos quando se iniciou o referido ano para 2.193.848 empregos formais quando se encerrou o trimestre mais recente – dando continuidade, assim, à geração de postos de trabalho observada nos quatro anos imediatamente antecedentes (em 2021, com 145.573 novos vínculos e crescimento de 8,99%; em 2022, quando 121.687 novos postos trabalho foram gerados e houve variação de 6,89%; em 2023, com 71.164 novas vagas e alta de 3,77%; em 2024, com 85.499 novos empregos e aumento de 4,37%; e, em 2025, com 94.357 novas vagas e expansão de 4,62%). Dessa forma, ao término do segundo trimestre, a Bahia concentrava 27,29% e 4,57% do total de empregos com carteira assinada existente na região nordestina e no país, respectivamente – mantendo-se, assim, com o maior volume de empregos formais do Nordeste e o sétimo maior montante entre as 27 unidades federativas.

Com base no acompanhamento temporal das médias móveis de 12 meses dos saldos de empregos formais², abarcando os registros do trimestre mais recente, constata-se que a Bahia acabou de experimentar a 65ª média positiva consecutiva – etapa iniciada em fevereiro de 2021 (+241 postos) e com o ápice em setembro de 2022 (+12.538 postos). Antes disso, entretanto, houve um intervalo relativamente curto de dez resultados mensais ininterruptos com eliminação líquida de oportunidades ocupacionais, cujo momento mais desfavorável ocorreu em junho de 2020 (-5.873 postos).

Na Bahia, sob uma perspectiva temporal mais ampla, com partida em 2025, pôde-se constatar que a geração média de postos de trabalho naquele ano foi marcada por três movimentos: i) ascensão ao longo dos cinco primeiros meses, apesar do revés na passagem de fevereiro a março; ii) trajetória clara e ininterrupta de recuo, nos quatro meses seguintes, de junho a setembro; e iii) subida de patamar de outubro até o fim do referido ano, mas sem recuperação da perda recente e sem tendência definida (Gráfico 1). Em 2026, por sua vez, o saldo médio de postos encolheu nos seis primeiros meses, a despeito do salto em março – finalizando o intervalo num patamar abaixo dos sete mil postos gerados. Assim, esse recuo observado de janeiro a junho de 2026, mesmo sem incorporar uma tendência clara por conta das oscilações apresentadas, termina por levantar suspeitas sobre uma eventual perda de dinamismo da abertura líquida de vagas formais em território baiano daqui para frente.

2 Ao longo do texto, no contexto do Caged, o termo ‘emprego formal’ se constitui numa simplificação para tratar da relação empregatícia com contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o chamado contrato celetista.

Gráfico 1**Saldo de empregos formais por média móvel de 12 meses – Bahia – Jan. 2025-jun. 2026**

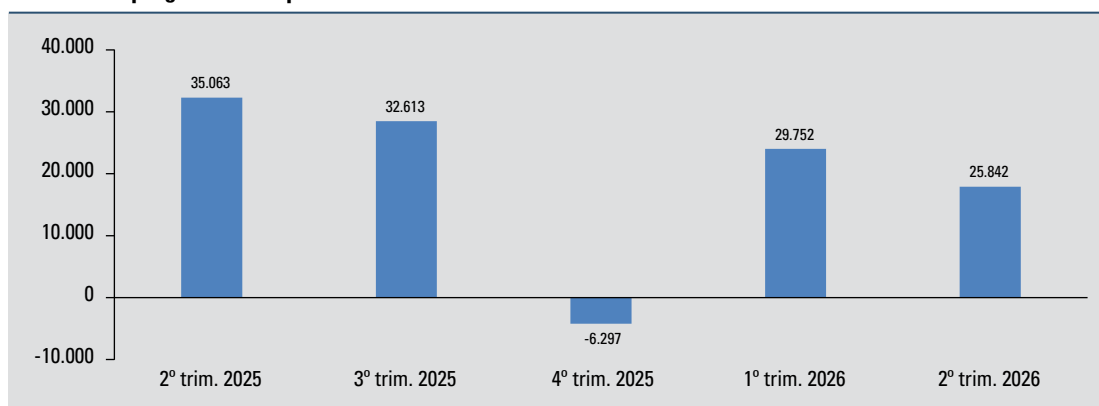
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Caged.

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2026).

Excetuando-se o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo.

Na Bahia, sob a ótica dos saldos trimestrais, a apuração para o conjunto dos meses de abril a junho de 2026, um ganho líquido de 25.842 vagas³, indicou a segunda alta consecutiva, visto que o trimestre imediatamente antecedente também registrou mais admissões do que desligamentos – evidenciando, dessa forma, não somente uma ampliação pontual do nível de emprego com carteira assinada como também a continuidade da geração de postos de trabalho celetistas no mercado de trabalho local (Gráfico 2).

Como se pode observar pelo gráfico logo abaixo, mesmo diante da expansão do quantitativo de vínculos celetistas ativos no segundo trimestre deste ano, a preocupação se volta para um saldo menor agora do que no mesmo intervalo de um ano antes, quando 35.063 novos postos de trabalho foram abertos. Assim, ao mostrar um enfraquecimento no ritmo da geração de postos no confronto anual, o resultado trimestral mais recente ajuda a suscitar dúvidas de que a absorção líquida de trabalhadores pelo polo protetivo daqui para frente poderá se manter relevante. Em relação ao primeiro trimestre deste ano, o resultado trimestral de agora também não se mostrou animador, visto que foi inferior ao da ocupação formal de janeiro a março, quando 29.752 novos vínculos foram incorporados.

Gráfico 2**Saldo de empregos formais por trimestre – Bahia – 2º trim. 2025-2º trim. 2026**

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Caged.

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2026).

Excetuando-se o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo.

3 Resultado ainda não definitivo, visto que registros fora do prazo ainda serão recebidos nos próximos meses.

Na avaliação setorial do segundo trimestre de 2026, na Bahia, nesse contexto de expansão de 25.842 vagas, todos os cinco grandes estratos setoriais incorporaram novos postos de trabalho. O setor de *Serviços*, mais uma vez, destacou-se com o desempenho mais proeminente entre as categorias, com a geração líquida de 14.433 postos. O setor de *Construção*, com 5.406 novos contratos, também indicou um saldo relativamente relevante, assumindo o segundo melhor resultado entre as atividades conforme se pode acompanhar pela próxima tabela. Em seguida, com saldos positivos menos protuberantes, a *Indústria geral* (+4.092 vagas), *Comércio* (+1.297 vínculos) e a *Agropecuária* (+614 vagas) também contaram com contratação líquida de trabalhadores. Assim, portanto, nenhum grupamento econômico registrou um número maior de fechamentos do que de aberturas de postos no citado intervalo no estado⁴ (Tabela 1).

Para efeito de comparação no tempo, no mesmo trimestre do ano anterior, nenhum dos cinco setores fechou mais vagas do que abriu – portanto, mesmo número que o observado no trimestre mais recente. Além do mais, como se pode ver pela tabela abaixo, dos cinco segmentos, quatro deles contabilizaram resultado líquido melhor naquele trimestre do que no segundo trimestre de 2026 – ou seja, em termos de saldo por setor, no intervalo mais recente, apenas uma das atividades exibiu desempenho superior ao observado à época (*Construção*, no caso). Em relação ao primeiro trimestre de 2026, quando se constatou retração da ocupação formal em um dos setores, por outro lado, duas das atividades contabilizaram resultado líquido superior agora do que no trimestre imediatamente antecedente (*Indústria geral* e *Comércio*, no caso).

Numa avaliação das atividades que contam com subdivisões, o setor de *Serviços* constatou saldo positivo na maioria delas, exceto em Atividades profissionais, científicas e técnicas (-287 postos), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-44 empregos) e Atividades imobiliárias (-16 vínculos)⁵. Ainda dentro de *Serviços*, as seções de Atividades administrativas e serviços complementares, de Saúde humana e serviços sociais e de Transporte, armazenagem e correio merecem destaque positivo, visto que exibiram os melhores resultados entre as subdivisões, com 6.536, 4.403 e 1.666 novas vagas no segundo trimestre de 2026, respectivamente.

No grupamento *Indústria geral*, que também conta com subdivisões e que exibiu a terceira maior geração líquida de vagas entre os setores, todas as quatro subcategorias exibiram saldo positivo no trimestre: Indústrias de transformação, com 2.926 postos gerados; Eletricidade e gás, com a adição de 1.038 novos vínculos no estoque; Indústrias extrativas, com mais 100 novas vagas; e Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, com mais 28 novas vagas⁶. No caso, portanto, nenhuma subcategoria revelou perda líquida de postos no referido intervalo.

4 Em sintonia com o IBGE na divulgação das estatísticas da PNADC, o MTE passou a adotar a classificação de atividades econômicas baseando-se na agregação das seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0). No entanto, a fim de diminuir o número de estratos e de otimizar a análise das estatísticas de emprego formal, as seções aqui foram agrupadas em atividades semelhantes, culminando em cinco grandes categorias: *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura*; *Indústria geral*; *Construção*; *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas*; e *Serviços*.

5 O grupamento de *Serviços* possui 14 desagregações: Transporte, armazenagem e correio; Alojamento e alimentação; Informação e comunicação; Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Atividades imobiliárias; Atividades profissionais, científicas e técnicas; Atividades administrativas e serviços complementares; Administração pública, defesa e seguridade social; Educação; Saúde humana e serviços sociais; Artes, cultura, esporte e recreação; Outras atividades de serviços; Serviços domésticos; e Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

6 O grupamento de atividade denominado *Indústria geral* subdivide-se em quatro seções: Indústrias extrativas; Indústrias de transformação; Eletricidade e gás; e Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação.

Tabela 1

Saldo de empregos formais por agrupamento de atividade econômica, por trimestre – Bahia
2º trim. 2025/1º trim. 2026/2º trim. 2026

Grupamento de atividade econômica	2º trim. 2025	1º trim. 2026	2º trim. 2026
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	3.205	2.069	614
Indústria geral	5.903	3.760	4.092
Construção	3.748	7.900	5.406
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	5.151	-2.922	1.297
Serviços	17.056	18.946	14.433
Total	35.063	29.752	25.842

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Caged.

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2026).

Excetuando-se o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo.

A eventual diferença entre o total e a soma dos saldos dos grupamentos se deve aos registros classificados como não identificados (não discriminados na tabela).

Quanto à distribuição intraestadual, levando em conta o recorte do estado entre Região Metropolitana de Salvador (RMS) e interior baiano, no segundo trimestre de 2026, tanto aquela quanto esta área experimentaram expansão do nível de emprego formal celetista. Enquanto na RMS foram absorvidos 12.116 novos empregados com registro em carteira, no interior surgiram 13.726 ocupações (Tabela 2). Um ano antes, também houve geração líquida de postos nas duas regiões, no entanto apenas o interior contou com uma conjuntura mais favorável em termos de saldo à época do que agora. Em comparação com o trimestre imediatamente antecedente, quando oportunidades também despontaram em ambas as áreas, tanto o contorno geográfico metropolitano de Salvador quanto a extensão interiorana do estado demonstraram desempenho superior no quesito saldo de vagas naquele trimestre do que no mais recente.

Enfim, importante ressaltar que, no conjunto dos três meses do trimestre recém-encerrado, a elevação do nível de empregos formais na Bahia foi influenciada principalmente pelo desempenho do interior, visto que essa região registrou um surgimento líquido de postos um pouco mais expressivo do que o verificado na RMS – o que colocou aquela instância geográfica com um protagonismo superior quanto ao dinamismo do mercado de trabalho formal no território baiano no segundo trimestre do ano de 2026, semelhantemente ao observado no primeiro trimestre deste ano e no mesmo trimestre de um ano antes.

Tabela 2

Saldo de empregos formais entre RMS e interior por trimestre – 2º trim. 2025/1º trim. 2026/2º trim. 2026

Área geográfica	2º trim. 2025	1º trim. 2026	2º trim. 2026
Bahia	35.063	29.752	25.842
RMS	11.246	12.471	12.116
Interior	23.817	17.281	13.726

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Caged.

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2026).

Excetuando-se o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo.

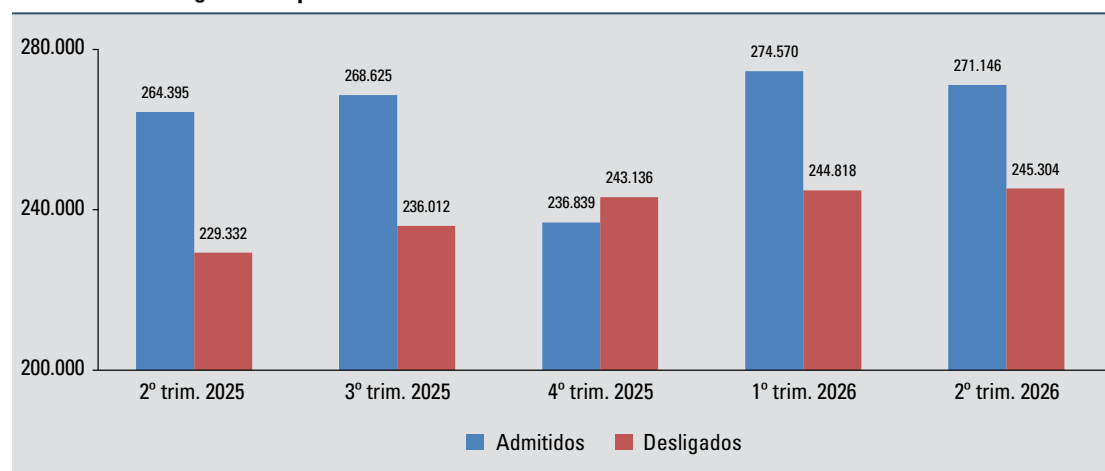
A RMS engloba os municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz (Lei nº 13.468/2015).

O saldo positivo de 25.842 empregos formais na Bahia, registrado no segundo trimestre de 2026, foi proveniente de 271.146 admissões e 245.304 desligamentos (Gráfico 3). Em relação ao mesmo trimestre do ano antecedente, tanto as contratações quanto as deposições cresceram – aquelas em 2,6% (6.751 admitidos a mais) e estas em 7,0% (15.972 desligados a mais). Quando se toma o trimestre imediatamente anterior em contraponto, por sua vez, as admissões recuaram e as rescisões se expandiram, com o total de admitidos encolhendo 1,2% (3.424 contratações a menos) e o de desligados aumentando 0,2% (486 dispensas a mais). Como se pode acompanhar pelo gráfico abaixo, na margem, as contratações diminuíram após terem aumentado, mantendo, ainda, o terceiro maior patamar desde 2010 pelo menos. Por sua vez, as rescisões, após terem encolhido, cresceram pela quarta vez em sequência, sustentando, assim, um nível consideravelmente elevado, o maior dos últimos 15 anos⁷.

Assim, a ocorrência de um saldo menos favorável agora do que há um ano – surgimento de 25.842 vagas no segundo trimestre de 2026 contra geração de 35.063 postos no mesmo conjunto de meses de 2025 –, decorreu principalmente da alta das dispensas (15.972 desligados a mais), que mais do que anulou o impacto do aumento das reposições (6.751 admitidos a mais). Em relação ao trimestre imediatamente antecedente, quando ocorreu uma geração líquida de 29.752 empregos, o saldo menor agora resultou tanto da queda das admissões (3.424 admitidos a menos) quanto da elevação dos desligamentos (486 desligados a mais), mas com aquela influenciando muito mais do que esta, dada a sua maior magnitude. Outras constatações podem ser apreendidas pela observação do gráfico a seguir.

Gráfico 3

Admissões e desligamentos por trimestre – Bahia – 2º trim. 2025-2º trim. 2026



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Caged.

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2026).

Excetuando-se o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo.

7 Aqui mantendo as ressalvas para a comparabilidade da série decorrentes de uma mudança na forma de captação dos dados do emprego formal iniciada em 2020, já que, além da natureza distinta de recebimento das informações, o eSocial também possui uma cobertura maior (com a incorporação de outros tipos de vínculos não declarados pelo Caged).

Na Bahia, de abril a junho de 2026, mesmo reforçado por um resultado positivo no agregado, o surgimento líquido de vagas não aconteceu em todos os cinco estratos de remuneração analisados, visto que houve decréscimo de postos em dois deles. No caso, as camadas dos que receberam de cinco a dez e dez ou mais salários mínimos despontaram como aquelas com eliminação de vínculos no segundo trimestre de 2026. Ou seja, neste período, com o mercado de trabalho baiano não tendo a capacidade de gerar postos de trabalho nos diversos grupos salariais, as contratações se concentraram naqueles de menor retorno financeiro, os de até um, de um a dois e de dois a cinco salários mínimos – sendo a geração de vagas nesses grupos mais do que suficiente para contrabalançar o somatório das perdas nos demais. O maior acréscimo líquido, por sinal, ocorreu na camada representada pelos que receberam de um a dois salários mínimos. A faixa dos que receberam até um salário mínimo contabilizou o segundo maior saldo (Gráfico 4).

Nesse enquadramento de saldos por faixas de salário mínimo, com base apenas no número de classes com abertura líquida de vagas, o panorama no segundo trimestre de 2026 se mostrou semelhante ao verificado há um ano, já que à época também houve geração líquida de postos em três das classes (portanto, mesmo quantitativo que agora). No entanto, no quesito resultado por faixa, apenas uma categoria exibiu saldo maior no trimestre mais recente: a de dois a cinco salários mínimos (ou seja, diante de um saldo agregado menor, quatro das cinco categorias apresentaram resultado inferior no trimestre mais atual). Em relação ao primeiro trimestre de 2026, quando também três estratos salariais apontaram surgimento líquido de postos, a cena estampada no segundo trimestre de 2026 se revelou semelhante no que diz respeito ao total de estratos com resultado acima de zero. Do mais, apenas uma das cinco categorias contou com resultado melhor agora do que no trimestre imediatamente antecedente.

Gráfico 4
Saldo de empregos formais por faixa de salário mínimo, por trimestre – Bahia – 2º trim. 2025-2º trim. 2026



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Caged.

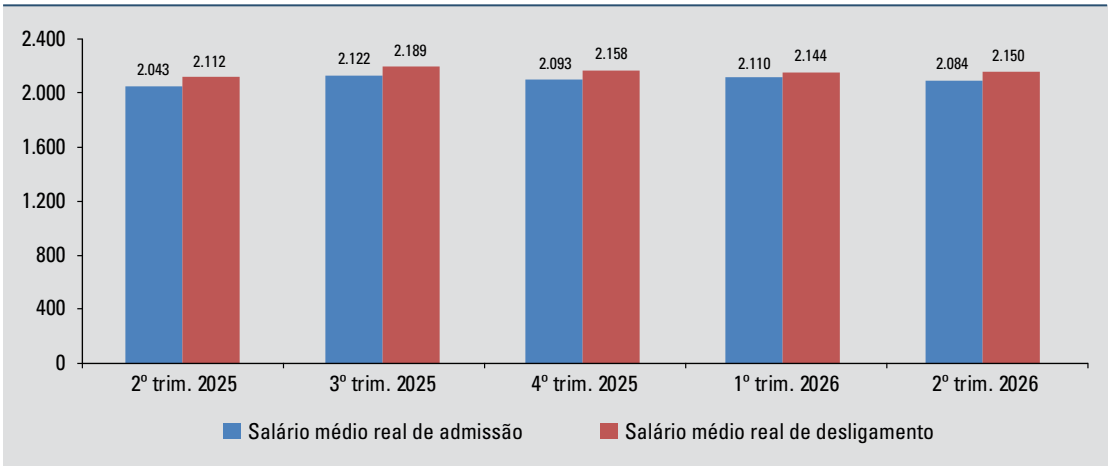
Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2026).

Excetuando-se o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo.

O salário médio real de admissão na Bahia chegou a R\$ 2.084 no segundo trimestre de 2026 (Gráfico 5). A remuneração média dos trabalhadores admitidos, dessa forma, recuou na margem após ter aumentado – assumindo, assim, o menor valor desde o segundo trimestre de 2025. Em relação ao trimestre antecedente, quando havia sido de R\$ 2.110, houve uma queda de 1,2% (ou seja, R\$ 26 a menos). Na comparação interanual, ocorreu uma alta de 2,0% (mais R\$ 41), já que, à época, o valor havia sido de R\$ 2.043. O salário médio real de desligamento, por sua vez, cresceu após ter encolhido. O valor mais recente chegou a R\$ 2.150, o que representou uma ampliação de 0,3% (mais R\$ 6) e de 1,8% (mais R\$ 38) sobre aqueles registrados no trimestre imediatamente anterior e no mesmo intervalo de 2025, respectivamente. Trata-se do maior salário médio real de desligamento desde o encontrado no quarto trimestre de 2025.

No segundo trimestre de 2026, o salário médio real de admissão se mostrou abaixo do de desligamento – situação, portanto, semelhante àquelas vistas no mesmo intervalo do ano passado e no primeiro trimestre deste ano. Enquanto no intervalo mais atual o trabalhador admitido recebeu, em média, 96,9% do recebido pelo trabalhador desligado, no trimestre imediatamente precedente e no segundo trimestre de 2025, tais percentuais tinham sido de 98,4% e 96,7%, respectivamente – denotando, dessa maneira, uma recuo do preço de rotatividade da mão de obra baiana em relação ao valor do primeiro trimestre de 2026 e uma alta em comparação ao preço do intervalo de um ano antes.

Gráfico 5
Salário médio real de admissão e de desligamento por trimestre – Bahia – 2º trim. 2025-2º trim. 2026



Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência – Caged.

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2026).

A série dos dados (salários de admissão e de desligamento e totais de admitidos e de desligados) conta apenas com as declarações dentro do prazo.

Dados sujeitos a atualizações nos próximos meses.

Dados deflacionados em relação a junho de 2026 pelo INPC.

Dados não levam em conta contratos de trabalho com vínculo sob a modalidade intermitente e não incluem valores de rendimentos inferiores a 0,3 salário mínimo e superiores a 150 salários mínimos (vigente em cada ano).

MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO A PNADC

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua sintetizados na Tabela 3, na Bahia, no segundo trimestre de 2026, a desocupação atingiu 9,1% da população na força de trabalho. Trata-se do menor índice para um segundo trimestre em toda a série, juntamente com o observado no mesmo período de 2025⁸. Além do mais, ainda se configura como a terceira menor taxa da sequência. Dentro do estado, a capital soteropolitana registrou uma taxa trimestral de desocupação de 11,4% e a Região Metropolitana de Salvador (RMS) exibiu uma estimativa de 12,5%.

Quando desagregada por sexo, a taxa de desocupação ficou em 7,1% para os homens e em 11,7% para as mulheres no segundo trimestre de 2026 na Bahia – ou seja, uma diferença significativa de 4,2 pontos percentuais. Assim, houve um estreitamento dessa distância no comparativo com o trimestre de um ano antes (quando a diferença foi de 5,1 pontos percentuais) e um alargamento em relação ao intervalo imediatamente antecedente (de 4,2 pontos percentuais). No quesito cor ou raça, a referida taxa foi de 5,4% para os brancos, de 9,2% para os pardos e de 11,4% para os pretos – ou seja, abaixo da média estadual no que se refere ao primeiro grupo e acima no caso dos dois últimos, além de indicar que a população preta ainda enfrenta as maiores dificuldades de inserção entre os referidos grupamentos.

No Brasil e no Nordeste, no segundo trimestre do ano, as taxas observadas foram de 5,4% e 7,6%, respectivamente. A Região Nordeste (7,6%), por sinal, permaneceu com a mais alta taxa entre as regiões brasileiras, ficando a Região Sul (3,2%) com a mais baixa novamente. Entre as unidades da Federação, a Bahia exibiu o segundo índice mais elevado do país, semelhantemente ao constatado no trimestre anterior. O estado do Amapá (9,8%), no caso, foi aquele com a mais alta taxa no referido intervalo. Na outra ponta, Santa Catarina (2,1%) ostentou a menor estimativa no agregado de abril a junho de 2026. Em terras baianas, portanto, o referido indicador foi mais que o quádruplo do apurado para o território catarinense no segundo trimestre do ano.

Assim, após um roteiro descendente em 2025 – com três baixas sucessivas após a elevação no conjunto dos três meses inaugurais daquele ano –, o ano de 2026 começou com uma interrupção dessa tendência de queda. A taxa de desocupação passou de 8,0% para 9,2% do último trimestre do ano passado ao primeiro deste ano, respectivamente – um aumento de 1,2 ponto percentual na margem (Gráfico 6). Essa quebra, no entanto, não chega a ser surpresa, já que reflete um comportamento próprio do mercado de trabalho baiano em início de ano (em parte, associado a fatores sazonais), tendo sido observado em todos os anos da série. Em relação ao mesmo conjunto de meses de 2025, quando o indicador foi estimado em 11,1%, porém, houve decréscimo (significativo estatisticamente), com a taxa mais recente ficando 1,9 ponto percentual abaixo.

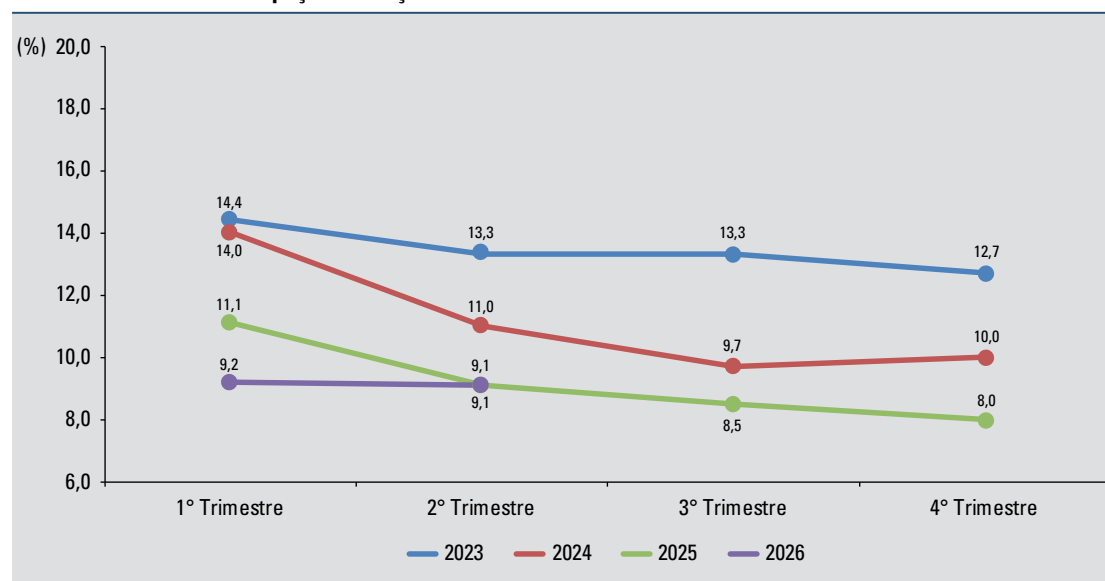
8 A PNADC foi implantada em caráter definitivo em janeiro de 2012.

Depois de um roteiro descendente em 2025 – com três baixas sucessivas após a elevação no conjunto dos três meses inaugurais daquele ano –, o ano de 2026 começou com uma interrupção dessa tendência de encolhimento. Entretanto, após esse repique no primeiro trimestre de 2026, que não chega a ser surpresa, já que reflete um comportamento próprio do mercado de trabalho baiano em início de ano (em parte, associado a fatores sazonais e tendo sido observado em todos os anos da série), a taxa trimestral de desocupação no estado voltou a cair, mesmo que muito ligeiramente (queda não significativa estatisticamente). A taxa de desocupação passou de 9,2% para 9,1% do primeiro ao segundo trimestre deste ano, respectivamente – um recuo de apenas 0,1 ponto percentual na margem, insuficiente para suplantar o aumento ocorrido no trimestre antecedente (Gráfico 6). Em relação ao mesmo conjunto de meses de 2025, quando o indicador foi estimado em 9,1%, porém, não houve decrescimento, com a taxa mais recente ficando no mesmo patamar.

Além da Bahia, outras 25 unidades da Federação apresentaram retração da taxa trimestral de desocupação do primeiro trimestre para o segundo trimestre deste ano (independentemente da significância estatística da oscilação). Entre as unidades federativas com diminuição da taxa, a Bahia exibiu a menor queda absoluta em bases trimestrais (o maior recuo foi constatado no Rio Grande do Norte, de 2,0 pontos percentuais). Com essa oscilação para baixo agora, a taxa se aproximou um pouco mais do seu menor valor histórico em território baiano, ocorrido no quarto trimestre de 2025 (8,0%) – lembrando, para efeito de comparação, que o auge histórico se deu no primeiro trimestre de 2021, quando atingiu 21,7% da força de trabalho local.

Gráfico 6

Taxa trimestral de desocupação da força de trabalho – Bahia – 1º trim. 2023-2º trim. 2026



Fonte: IBGE – PNADC.

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2026).

O nível da ocupação⁹ em território baiano, no trimestre encerrado em junho de 2026, aumentou tanto no comparativo com o do trimestre imediatamente antecedente quanto em relação ao de um ano antes. Dessa forma, o percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade que estavam ocupadas na semana de referência ficou em 53,7%, ao passo que havia sido de 52,9% no primeiro trimestre deste ano e de 52,9% no mesmo trimestre do ano passado – assumindo, assim, o 18º maior patamar da sequência. A taxa de participação¹⁰ apresentou a mesma dinâmica, pois cresceu na margem e na comparação interanual. Com aumento de 0,9 ponto percentual frente ao trimestre imediatamente antecedente (58,2%) e alta de 0,9 ponto percentual em comparação com o mesmo intervalo de 2025 (58,2%), a referida estimativa ficou em 59,1% – representando ainda a 23ª menor marca da série. Assim, mesmo perante os avanços recentes na margem, tanto o nível de ocupação quanto a taxa de participação permaneceram distantes de seus picos, de 56,9% no quarto trimestre de 2014 e de 63,5% no terceiro trimestre de 2015, respectivamente.

No trimestre analisado, o mercado de trabalho baiano se deparou com expansão da ocupação tendo como referência tanto o intervalo imediatamente anterior quanto o de um ano antes. Na margem, o contingente de ocupados aumentou após ter recuado. No confronto interanual, o número de ocupados revelou a 12ª ampliação consecutiva. Enfim, a população ocupada foi estimada em 6,557 milhões, representando um acréscimo de 1,6% (mais 106 mil pessoas) em contraponto ao montante do trimestre precedente e de 1,5% (mais 99 mil) comparativamente ao total de ocupados do mesmo período de 2025. Diante dessa alta na margem, o contingente populacional ocupado assumiu o segundo maior patamar da série histórica – lembrando que atingiu seu auge recentemente, quando contabilizou 6,628 milhões de ocupados no último trimestre de 2025. No comparativo entre segundos trimestres, o número de pessoas trabalhando foi o maior desde o início da pesquisa. Além disso, vale registrar, o montante atual de ocupados se situa muito acima do menor valor da série, de 4,770 milhões de indivíduos no segundo trimestre de 2020 (quando da eclosão da crise da pandemia de Covid-19).

A desocupação, por sua vez, foi realidade para 656 mil baianos no segundo trimestre de 2026. Dessa forma, o total de desocupados diminuiu após ter aumentado na margem (-0,2% ou menos mil pessoas na variação mais recente). A queda da desocupação, entretanto, não se mostrou relevante, pois ficou muito aquém de suplantiar o aumento observado no trimestre imediatamente anterior (de mais 81 mil desocupados). Diante da contração recente entre trimestres consecutivos, a população desocupada baiana assumiu o quinto menor montante da série e o segundo menor quantitativo em um segundo trimestre desde o começo da sequência – já tendo sido, entretanto, de 576 mil indivíduos no trimestre de encerramento do ano passado, melhor marca da história. Do mais, relevante recordar, no estado, o maior contingente de desocupados foi de 1,406 milhão de indivíduos no trimestre inaugural do ano de 2021. Por fim, no comparativo com um ano antes, a desocupação exibiu expansão (+1,2% ou mais 8 mil) – computando, assim, a primeira alta após 18 quedas consecutivas nessa base de comparação.

Importante pontuar, também, que o número de pessoas fora da força de trabalho reduziu na margem depois de ter se ampliado (-2,0% ou menos 100 mil indivíduos do primeiro ao segundo trimestre deste ano), caindo a 4,996 milhões – configurando-se, no entanto, como o 20º maior registro da sequência e ainda se mantendo acima de qualquer marca observada no período

9 O nível da ocupação diz respeito ao percentual de ocupados em relação às pessoas em idade de trabalhar.

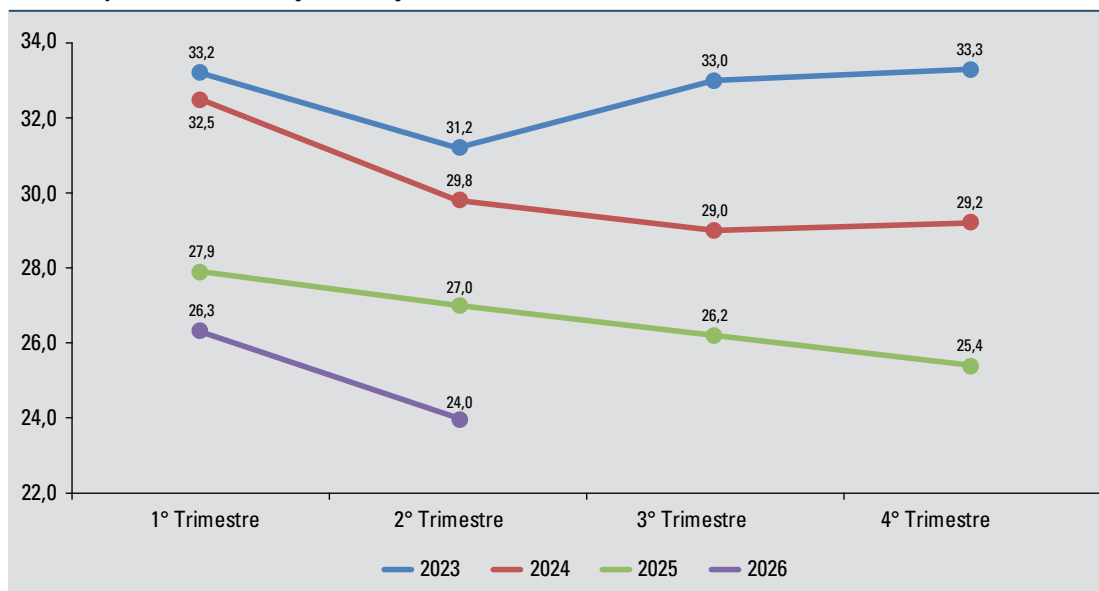
10 A taxa de participação se refere ao percentual de pessoas na força de trabalho em relação àquelas em idade de trabalhar.

pré-pandemia. Assim, dada a sua dimensão, mesmo diante da oscilação favorável na margem, o quantitativo que não estava ocupado nem desocupado na semana de referência mantém seu potencial de pressão sobre o mercado de trabalho, visto que tende a repercutir negativamente na desocupação caso o desempenho econômico futuro não seja suficiente para incorporar aqueles que porventura voltem a pressionar o mercado de trabalho em busca de ocupação. Em um ano, o movimento também foi de queda (-2,1% ou menos 107 mil indivíduos), encolhendo pela quinta vez seguida após ter majorado em bases anuais.

Por fim, em relação ao intervalo imediatamente antecedente, a ampliação da ocupação combinada com a retração do número de desocupados desembocou numa diminuição da taxa de desocupação no estado. O percurso descendente da taxa de desemprego nessa base comparativa, portanto, esteve atrelado tanto ao aumento do número de pessoas trabalhando quanto ao decaimento do total de indivíduos sem trabalho e que estavam procurando por um – no entanto, vale ressaltar, esse movimento de queda do índice de desemprego foi freado em parte pelo ingresso de pessoas na força de trabalho (ou seja, um contexto de maior pressão no mercado de trabalho).

A taxa composta de subutilização da força de trabalho¹¹ recuou na margem e em termos interanuais, registrando 24,0% no trimestre mais atual – indicando, dessa forma, quedas de 2,3 e de 3,0 pontos percentuais em relação às estimativas do trimestre imediatamente antecedente (26,3%) e do de um ano atrás (27,0%), respectivamente (Gráfico 7). Dessa forma, na margem, a referida taxa decresceu após ter aumentado. Reforçado por essa queda, o referido indicador assumiu a menor marca da história, lembrando que o recorde anterior havia sido registrado no último trimestre de 2025 (25,4%). Com a segunda maior taxa de subutilização entre as unidades federativas (inferior apenas à do Piauí, de 26,6%), a Bahia exibiu uma estimativa superior às do Brasil (12,9%) e do Nordeste (21,4%). Enfim, no trimestre encerrado em junho de 2026, 1,882 milhão de pessoas de 14 anos ou mais de idade se encontravam na condição de subutilizadas em território baiano – ou seja, 32,1% e 12,8% dos quantitativos existentes na região nordestina e no país, respectivamente.

11 A taxa composta da subutilização da força de trabalho retrata a relação entre o grupo dos desocupados, subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e força de trabalho potencial e o grupo delimitado pela força de trabalho ampliada (que é a soma da força de trabalho com a força de trabalho potencial).

Gráfico 7**Taxa composta de subutilização da força de trabalho – Bahia – 1º trim. 2023 ao 2º trim. 2026**

Fonte: IBGE – PNADC.

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2026).

O montante de desalentados em terras baianas no segundo trimestre de 2026 foi de 366 mil pessoas¹². Assim, houve uma redução de 93 mil indivíduos (-20,3%) nessa condição em um ano, oitavo recuo após três altas seguidas nessa base de comparação. Ao se considerar o primeiro trimestre de 2026, ocorreu uma diminuição de 60 mil pessoas (-14,1%), queda após ter aumentado em bases trimestrais. Trata-se do maior contingente populacional de desalentados do país, constatação que se repete desde o início da pesquisa. Dessa maneira, a Bahia concentrou 16,0% da população desalentada brasileira (2,288 milhões), com a menor proporção da série tendo sido de 13,2% no penúltimo trimestre de 2021 e a maior, de 20,7% no primeiro intervalo de 2014. Em relação ao Nordeste, com estimativa de 1,413 milhão de desalentados (equivalente a 61,8% do quantitativo do país), a Bahia computou 25,9% desse total. O percentual de pessoas desalentadas em relação à população na força de trabalho ou desalentada no estado ficou em 4,8% de abril a junho de 2026 – o quarto maior registro do país quando se compara os percentuais das 27 unidades da Federação.

Com base na PNADC, em sua edição trimestral, o rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas, no segundo trimestre de 2026, na Bahia, foi estimado em R\$ 2.563, o maior da série – mas o terceiro mais baixo entre as unidades federativas (diferentemente do constatado no trimestre antecedente, quando havia sido o segundo menor), acima apenas aos do Maranhão, estimado em R\$ 2.284, e do Piauí, calculado em R\$ 2.547. Além do mais, o rendimento médio baiano se mostrou equivalente a 68,6% e a 96,9% dos rendimentos médio brasileiro e nordestino, que foram de R\$ 3.738 e de R\$ 2.645 no referido trimestre, respectivamente. Em relação ao mesmo intervalo de 2025, quando estava em R\$ 2.299, houve alta de aproximadamente 11,5% (ou seja, mais R\$ 264) – quarto aumento em sequência nessa base de comparação. Num comparativo com o trimestre

12 Os desalentados são aqueles fora da força de trabalho que estavam disponíveis para assumir um trabalho, mas não tomaram providência para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias por, pelo menos, uma das seguintes razões: a) não ter conseguido trabalho adequado; b) não ter experiência profissional ou qualificação; c) não haver trabalho na localidade; ou d) por ser considerado muito jovem ou idoso.

imediatamente anterior, quando o valor estava em R\$ 2.536, ocorreu uma variação positiva de 1,1% (mais R\$ 27), quarta alta consecutiva.

A massa de rendimento real de todos os trabalhos habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas foi estimada em R\$ 16,427 bilhões no estado, o maior montante desde o início da série histórica – significando uma elevação de 2,4% frente ao do primeiro trimestre de 2026, de R\$ 16,040 bilhões, e uma alta de 12,7% num comparativo com o total do mesmo período do ano de 2025, cujo valor havia sido de R\$ 14,581 bilhões. A Bahia, assim, no segundo trimestre do ano, concentrou 4,3% e 27,2% de toda a massa de rendimento do país e da região nordestina, respectivamente. A ampliação da massa de rendimento real em relação ao trimestre imediatamente antecedente se deu pela sétima vez consecutiva, tendo ocorrido tanto por conta do crescimento do rendimento médio real quanto do aumento da população ocupada nessa base de comparação. No comparativo interanual, por sua vez, a ampliação recente significou a 19ª expansão consecutiva, isso depois de um período com seis quedas em sequência – a alta aqui também decorreu do aumento concomitante da ocupação e do rendimento médio real de todos os trabalhos.

Tabela 3

Síntese das principais informações da PNADC – Bahia – 2º trim. 2025/1º trim. 2026/2º trim. 2026

Indicador	Estimativa			Variação	
	2º trim. 2025	1º trim. 2026	2º trim. 2026	2º trim. 2026 / 1º trim. 2026	2º trim. 2026 / 2º trim. 2025
População em idade de trabalhar (em mil)	12.210	12.203	12.209	0,0%	0,0%
População na força de trabalho (em mil)	7.107	7.107	7.213	1,5%	1,5%
Ocupados (em mil)	6.458	6.451	6.557	1,6%	1,5%
Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas (em mil)	709	687	603	-12,2%	-15,0%
Desocupados (em mil)	648	657	656	-0,2%	1,2%
População fora da força de trabalho (em mil)	5.103	5.096	4.996	-2,0%	-2,1%
População na força de trabalho potencial (em mil)	774	717	623	-13,1%	-19,5%
Desalentados (em mil)	459	426	366	-14,1%	-20,3%
População subutilizada (em mil)	2.131	2.061	1.882	-8,7%	-11,7%
Taxa de desocupação	9,1%	9,2%	9,1%	-0,1 p.p.	0,0 p.p.
Nível da ocupação	52,9%	52,9%	53,7%	0,8 p.p.	0,8 p.p.
Taxa de participação na força de trabalho	58,2%	58,2%	59,1%	0,9 p.p.	0,9 p.p.
Taxa composta de subutilização da força de trabalho	27,0%	26,3%	24,0%	-2,3 p.p.	-3,0 p.p.
Taxa de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas	11,0%	10,6%	9,2%	-1,4 p.p.	-1,8 p.p.
Percentual de desalentados ¹	6,1%	5,7%	4,8%	-0,9 p.p.	-1,3 p.p.
Rendimento médio real habitual	R\$ 2.299	R\$ 2.536	R\$ 2.563	1,1%	11,5%
Massa de rendimento real (em milhões)	R\$ 14.581	R\$ 16.040	R\$ 16.427	2,4%	12,7%

Fonte: IBGE – PNADC.

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2026).

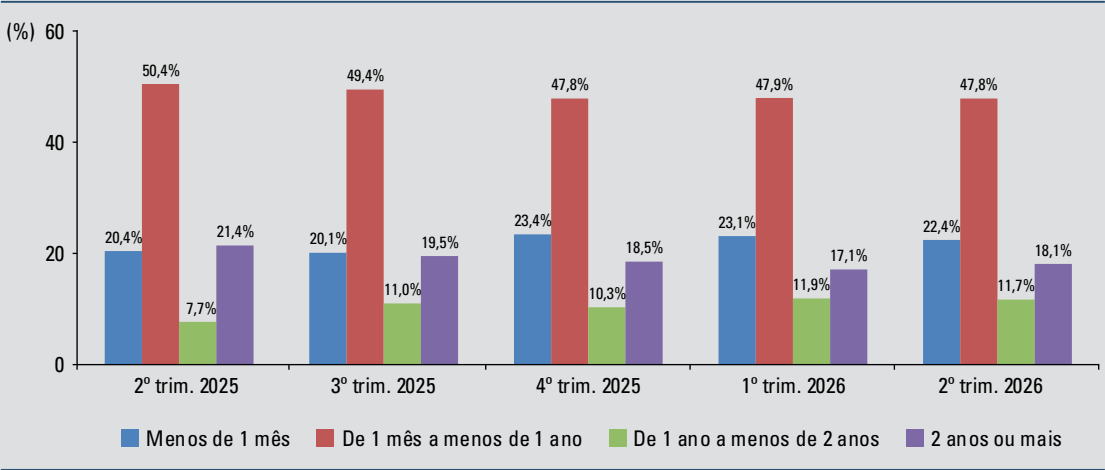
(1) Trata-se do percentual de pessoas desalentadas em relação à população na força de trabalho ou desalentada.

Tomando-se por análise apenas o universo dos desocupados, constatou-se que, apesar da redução da taxa de desocupação na margem, que passou de 9,2% para 9,1%, o tempo de permanência em situação de desemprego (sob a ótica das proporções) mostrou ligeira alta na Bahia do primeiro ao segundo trimestre deste ano e emendou a segunda elevação consecutiva – constituindo-se, dessa forma, em uma preocupação adicional num cenário que ainda enfrenta seus desafios apesar dos avanços notados nos últimos anos.

A parcela de pessoas sem ocupação e procurando por trabalho durante um ano ou mais aumentou na margem e saiu de 29,0% para 29,8% do primeiro ao segundo trimestre de 2026 no estado – mas ainda mantendo o sexto menor percentual desde o começo da série (ênfatizando-se aqui a ausência dessa estimativa do segundo trimestre de 2020 ao primeiro trimestre de 2022). Especificamente, a porção de desocupados entre um e dois anos diminuiu e aquela por dois anos ou mais aumentou, visto que passaram de 11,9% e 17,1% para 11,7% e 18,1% de um trimestre ao outro (Gráfico 8). Assim, quase três em cada dez desocupados se encontravam há pelo menos um ano nessa condição no intervalo mais recente, ou seja, pouco menos de três décimos deles enfrentavam o drama do desemprego de longa duração. Em um ano, também houve expansão desse percentual, já que essa parcela estava em 29,1% no primeiro trimestre de 2025.

Na Bahia, portanto, 196 mil (ou 29,8%) pessoas vivenciavam um quadro de desemprego duradouro à época – o que correspondia a 11,6% do contingente nessa circunstância em todo o território brasileiro (1,693 milhão de pessoas). De forma detalhada, de abril a junho do ano de 2026, entre os desocupados baianos, 22,4% (147 mil) procuravam ocupação há menos de um mês; 47,8% (313 mil), entre um mês e menos de um ano; 11,7% (77 mil), entre um ano e menos de dois anos; e 18,1% (119 mil) buscavam há pelo menos dois anos.

Gráfico 8
Proporção de pessoas desocupadas por tempo de procura de trabalho – Bahia – 2º trim. 2025-2º trim. 2026



Fonte: IBGE – PNADC.

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2026).

Levando-se em conta a posição na ocupação, mesmo reforçado pela alta no total da ocupação no comparativo interanual, não houve aumento de ocupados em três das seis formas de inserção no mercado de trabalho na Bahia (Tabela 4). Frente ao mesmo trimestre de 2025, *Trabalhador familiar auxiliar* (+18,1%) foi aquela com a maior expansão relativa. Em seguida, em magnitude relativamente menor, vieram *Empregado no setor público* (+6,3%) e *Conta própria* (+5,1%). Por outro lado, *Trabalhador doméstico* (-11,3%), *Empregador* (-4,7%) e *Empregado no setor privado (exclusive Trabalhador doméstico)* (-0,4%) foram aquelas com retração interanual. Em relação ao primeiro trimestre de 2026, num contexto de aumento da ocupação, ocorreram expansões em cinco das seis formas de inserção: *Trabalhador familiar auxiliar* (+10,5%), *Empregado no setor público* (+3,9%), *Conta própria* (+3,1%), *Trabalhador doméstico* (+1,9%) e *Empregado no setor privado (exclusive Trabalhador doméstico)* (+0,03%). Ou seja, apenas uma delas exibiu diminuição no número de ocupados nessa base de comparação no estado: *Empregador* (-3,1%).

No setor privado (exclusive Trabalhador doméstico), em termos interanuais, o recuo da ocupação se deu exclusivamente pela retração do total de trabalhadores sem registro em carteira de trabalho (-7,0%), já que o quantitativo daqueles com registro apresentou alta (+4,5%). Em confronto com o trimestre antecedente, o leve crescimento da ocupação no setor privado foi influenciado unicamente pelo aumento do montante com carteira assinada (+1,5%), já que o número de empregados sem carteira de trabalho (-2,2%) recuou. O quantitativo com carteira de trabalho assinada cresceu pela segunda vez em sequência em território baiano, registrando 1,824 milhão de pessoas. O montante sem carteira assinada, por outro lado, diminuiu pela segunda vez seguida e computou 1,175 milhão de indivíduos. Dessa forma, no segundo trimestre de 2026, reforçado pela alta na margem, o percentual daqueles com registro em carteira entre os empregados do setor privado ficou em 60,8% – a maior marca desde o penúltimo trimestre de 2020. Tal percentual se mostrou a oitava menor proporção entre as unidades federativas, além de se encontrar bem abaixo da média brasileira (74,4%).

Entre os ocupados como trabalhadores domésticos, após um ano, houve decréscimo tanto daqueles sob a manta da legalidade (-27,7%) quanto dos sem proteção legal (-8,4%). Na margem, movimento diferente: queda para os com carteira de trabalho assinada (-17,5%) e ampliação para os sem registro em carteira (+5,1%). No setor público, em um ano, os sem carteira assinada (-9,2%) e aqueles que contavam com registro em carteira (-5,5%) apresentaram variação negativa de seus quantitativos, enquanto o contingente de militares e estatutários (+23,7%) exibiu alta. Do primeiro ao segundo trimestre de 2026, as categorias dos sem carteira assinada (+23,7%) e dos com registro formal (+4,0%) ampliaram o número de trabalhadores dentro do setor público, enquanto o grupo dos militares e estatutários (-6,1%) apontou decréscimo de seu contingente.

De toda a população ocupada no estado no segundo trimestre de 2026, apenas 3,4% se enquadravam como empregadores. A média brasileira foi de aproximadamente 4,2%. Por sua vez, no mesmo período, os que trabalhavam por conta própria representavam 28,7% do total de ocupados na Bahia – percentual acima da média do país, de 25,3%. A Bahia, assim, contava com 5,1% e 7,2% dos empregadores e dos trabalhadores por conta própria existentes em todo território brasileiro no referido intervalo, respectivamente. Outros pormenores das formas de inserção e suas oscilações entre os trimestres podem ser observados na tabela abaixo.

Tabela 4

Pessoas ocupadas (em milhares) por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal
Bahia – 2º trim. 2025/1º trim. 2026/2º trim. 2026

Posição na ocupação e categoria do emprego	Estimativa			Variação			
	2º trim. 2025	1º trim. 2026	2º trim. 2026	2º trim. 2026 / 1º trim. 2026		2º trim. 2026 / 2º trim. 2025	
				Percentual (%)	Absoluta (em mil)	Percentual (%)	Absoluta (em mil)
Empregado no setor privado	3.010	2.998	2.999	0,0%	1	-0,4%	-11
com carteira de trabalho assinada	1.746	1.797	1.824	1,5%	27	4,5%	78
sem carteira de trabalho assinada	1.264	1.201	1.175	-2,2%	-26	-7,0%	-89
Trabalhador doméstico	423	368	375	1,9%	7	-11,3%	-48
com carteira de trabalho assinada	65	57	47	-17,5%	-10	-27,7%	-18
sem carteira de trabalho assinada	358	312	328	5,1%	16	-8,4%	-30
Empregado no setor público	887	908	943	3,9%	35	6,3%	56
com carteira de trabalho assinada	109	99	103	4,0%	4	-5,5%	-6
sem carteira de trabalho assinada	368	270	334	23,7%	64	-9,2%	-34
militar e funcionário público estatutário	409	539	506	-6,1%	-33	23,7%	97
Empregador	232	228	221	-3,1%	-7	-4,7%	-11
Conta própria	1.790	1.824	1.881	3,1%	57	5,1%	91
Trabalhador familiar auxiliar	116	124	137	10,5%	13	18,1%	21
Total	6.458	6.451	6.557	1,6%	106	1,5%	99

Fonte: IBGE – PNADC.

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2026).

Diferenças do somatório em relação ao total decorrem de eventuais aproximações nas categorias.

(1) Exclusive trabalhador doméstico.

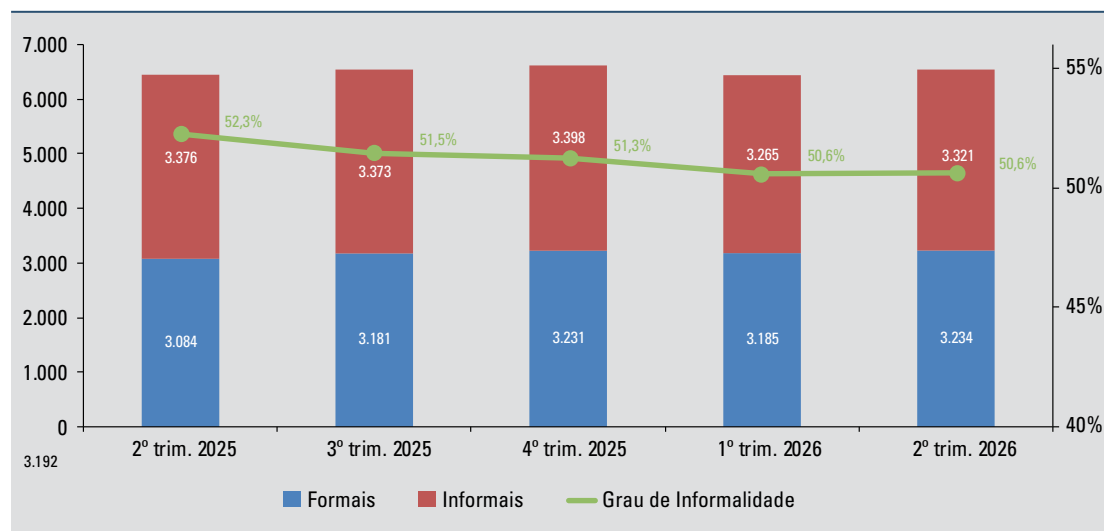
Na Bahia, em relação ao intervalo imediatamente anterior, o conjunto dos informais cresceu, registrando alta após ter encolhido. O quantitativo de formais aumentou após ter recuado (Gráfico 9). Do primeiro ao segundo trimestre deste ano, a elevação geral da ocupação derivou principalmente do acréscimo no montante de informais, visto que o total de formais aumentou em magnitude menor. No caso, enquanto 49 mil pessoas assumiram vínculos formais no espaço de trabalho baiano, 56 mil passaram a ocupar postos como informais – de maneira que os informais responderam por aproximadamente 53,3% da variação trimestral da população ocupada baiana, ou seja, mais de cinco em cada dez indivíduos que assumiram uma ocupação eram informais.

No comparativo interanual, movimento distinto, já que o número de formais (mais 150 mil) cresceu e o de informais (menos 55 mil) caiu. A alta da ocupação em território baiano em um ano, portanto, foi impactada substancialmente pelo acréscimo no conjunto de formais, visto que o quantitativo de informais encolheu. Assim, nesse contexto de incorporação de trabalhadores especialmente ao polo protegido, o aumento geral da ocupação em um ano terminou assumindo um caráter mais benigno, já que favoreceu unicamente o estrato do mercado de trabalho que tende a ter empregos de maior qualidade e mais garantias. Por fim, o trimestre de abril a junho de 2026 contabilizou 3,321 milhões de ocupados na informalidade e 3,234 milhões na formalidade. Assim, vale destacar, no segundo trimestre do ano, os números de formais e de informais no estado foram o maior e o quarto mais elevado da série, respectivamente.

O grau de informalidade da população ocupada no mercado de trabalho baiano no trimestre encerrado em junho de 2026, dessa forma, manteve-se em relação ao do trimestre imediatamente anterior e diminuiu em comparação ao de um ano antes. Assim, na margem, o referido índice estacionou após quatro quedas consecutivas. Como se pode acompanhar pelo gráfico abaixo, no intervalo mais recente, entre os ocupados, 50,6% eram considerados informais, ao passo que no mesmo trimestre do ano de 2025 e no intervalo imediatamente antecedente eram 52,3% e 50,6% em cada. Trata-se do quarto menor percentual da série. Entre as unidades federativas, no segundo trimestre de 2026, a Bahia exibiu o quarto maior grau de informalidade. No Brasil, por sinal, 37,4% dos trabalhadores se encontravam alocados na informalidade entre abril e junho de 2026.

Gráfico 9

População ocupada (em milhares) por situação de formalidade e grau de informalidade⁽¹⁾ – Bahia
2º trim. 2025-2º trim. 2026



Fonte: IBGE – PNADC.

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2026).

(1) A definição aqui utilizada considerou informal o empregado do setor privado sem carteira, o trabalhador doméstico sem carteira, o empregador sem CNPJ, o trabalhador por conta própria sem CNPJ e o trabalhador familiar auxiliar.

Considerando-se os grupamentos de atividade econômica, após um ano, o número de pessoas ocupadas aumentou em duas das cinco grandes categorias (Tabela 5). No caso, a ampliação relativa do nível de emprego foi maior no setor de *Serviços* (+5,0%). Em menor intensidade, o emprego também aumentou no *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (+1,5%). Em compensação, a ocupação recuou nos setores de *Indústria geral* (-10,2%), de *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* (-1,9%) e de *Construção* (-0,8%). Em relação ao trimestre imediatamente anterior, por sua vez, três dos grupamentos exibiram alta. Na comparação trimestral, a categoria de *Construção* (+4,2%) foi aquela com a maior expansão relativa, enquanto *Indústria geral* (-0,7%) foi a de maior decrescimento relativo da ocupação. As demais variações em relação ao trimestre antecedente podem ser vistas na tabela Logo a seguir.

Especificamente dentro de *Serviços*, composto por seis atividades, houve ampliação anual da população ocupada em quatro delas: Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (+12,5%), Transporte, armazenagem e correio (+10,6%), Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais (+8,0%) e Outros serviços¹³ (+3,5%). Assim, portanto, as exceções ficaram por conta das atividades denominadas Serviços domésticos, com encolhimento de 10,5% e Alojamento e alimentação com recuo de 2,0%.

Tabela 5
Pessoas ocupadas (em milhares) por grupamentos de atividade do trabalho principal – Bahia
2º trim. 2025/1º trim. 2026/2º trim. 2026

Grupamento de atividade econômica	Estimativa			Variação			
	2º trim. 2025	1º trim. 2026	2º trim. 2026	2º trim. 2026 / 1º trim. 2026		2º trim. 2026 / 2º trim. 2025	
				Percentual (%)	Absoluta (em mil)	Percentual (%)	Absoluta (em mil)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	964	946	946	0,0%	0	-1,9%	-18
Indústria geral	597	540	536	-0,7%	-4	-10,2%	-61
Construção	500	476	496	4,2%	20	-0,8%	-4
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1.256	1.257	1.275	1,4%	18	1,5%	19
Serviços	3.140	3.232	3.296	2,0%	64	5,0%	156
Total	6.458	6.451	6.557	1,6%	106	1,5%	99

Fonte: IBGE – PNADC.

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2026).

Diferenças do somatório em relação ao total decorrem de eventuais aproximações nas categorias e/ou da existência de ocupações em atividades mal definidas.

13 O grupamento ocupacional denominado Outros serviços, baseado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar, engloba três seções: Artes, cultura, esporte e recreação; Outras atividades de serviços (Atividades de organizações associativas, Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos e Outras atividades de serviços pessoais); e Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO

Expectativa dos empresários baianos para o emprego

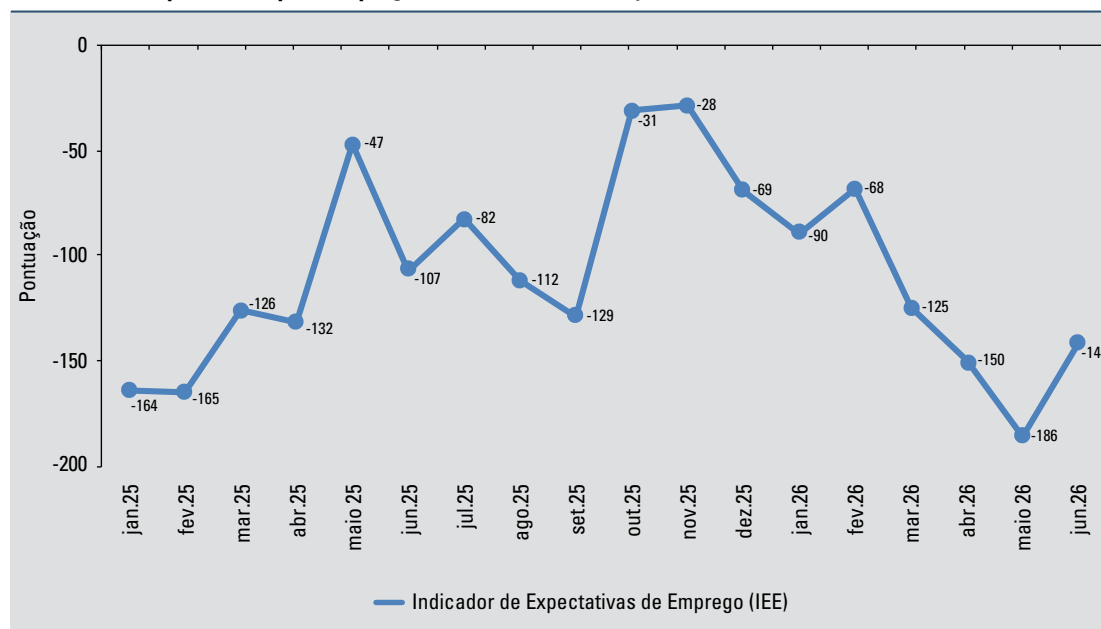
A Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano sonda as expectativas dos empresários de diversos setores sobre os mais variados temas, dentre os quais a inclinação à contratação, manutenção ou demissão futura de trabalhadores. Assim, construído a partir das respostas do empresariado da Bahia em relação aos planos de abrir, manter ou encerrar vagas nos próximos seis meses, o Indicador de Expectativas para Emprego (IEE) se mostrou negativo pela 20ª vez consecutiva em junho, já que a última vez acima de zero havia sido em outubro de 2024.

Ao se analisar a trajetória do IEE no tempo, sem levar em conta oscilações momentâneas, constata-se que, do início de 2025 até agora, o referido indicador assumiu basicamente quatro movimentos (Gráfico 10). No primeiro, de janeiro a maio de 2025, mesmo diante de algumas variações no intervalo considerado, o que se viu foi uma subida importante do indicador, visto que as altas foram de magnitude maior do que as quedas e, assim, a oscilação líquida do IEE resultou notadamente positiva no intervalo. Ou seja, desconsiderando-se os movimentos pontuais contrários, o referido indicador assumiu um comportamento ascendente em termos de tendência, retratando uma melhora das expectativas quanto ao cenário futuro do emprego local. No segundo movimento, de junho a setembro de 2025, a tendência foi de certo decaimento, que se deu de forma vagarosa e não linear ao longo dos meses em análise. No terceiro movimento, envolvendo apenas os meses de outubro e novembro de 2025, sem consolidar uma tendência de crescimento, o que se viu foi uma escalada positiva acentuada, a ponto de o indicador alcançar o maior nível desde outubro de 2024. No quarto percurso, de dezembro de 2025 a junho de 2026, um ciclo marcado por uma nova deterioração, com o indicador apresentando uma piora significativa, a despeito da ocorrência de duas variações em sentido contrário no intervalo considerado.

Do mais, confrontando especificamente o indicador do final do segundo trimestre com o do término do primeiro trimestre, o que se captou foi uma leve piora das expectativas quanto ao emprego. Ao longo dos meses do trimestre mais recente, o IEE exibiu as seguintes pontuações: abril, -150 pontos; maio, -186 pontos; e junho, -141 pontos. Assim, importante destacar, os resultados mais atuais, marcados por uma ampliação da apatia nas intenções de contratações em termos comparativos ao que foi constatado ao término do trimestre antecedente, alicerçaram um ligeiro viés de baixa, mas que, pela necessidade de resultados futuros no mesmo sentido, ainda não servem de lastro para argumentos que atestem de maneira incontestada a ocorrência de um cenário para o emprego menos promissor num horizonte próximo.

Em relação ao desfecho do trimestre imediatamente antecedente, a piora do indicador referente ao emprego não se manifestou de forma disseminada entre os setores, já que o recuo não ocorreu em dois dos quatro segmentos (os setores de *Agropecuária* e *Comércio*, no caso). A retração das expectativas, assim, foi registrada nos setores de *Indústria* e de *Serviços* – sendo que o indicador do segmento de *Serviços* foi o que evidenciou a maior queda absoluta. Considerando-se que a pontuação pode variar de -1.000 a 1.000 pontos, faz-se importante destacar que, mesmo que o recuo do indicador não tenha sido generalizado, o pessimismo quanto ao emprego (pontuação abaixo de zero) se manifestou em todos os quatro grupamentos – portanto, mesmo número de segmentos que o constatado no final do primeiro trimestre de 2026, quando todos os setores apresentaram pontuação menor do que zero. Por fim, ao término do intervalo mais recente, o grupamento de *Serviços* indicou o pior patamar entre os segmentos, com -179 pontos. Na outra ponta, a atividade de *Agropecuária* revelou as percepções menos desfavoráveis em relação às contratações futuras, com -77 pontos. Os indicadores de *Indústria* e de *Comércio*, por sua vez, registraram -107 e -111 pontos respectivamente.

Gráfico 10
Indicador de Expectativas para Emprego – Bahia – Jan. 2025 a jun. 2026



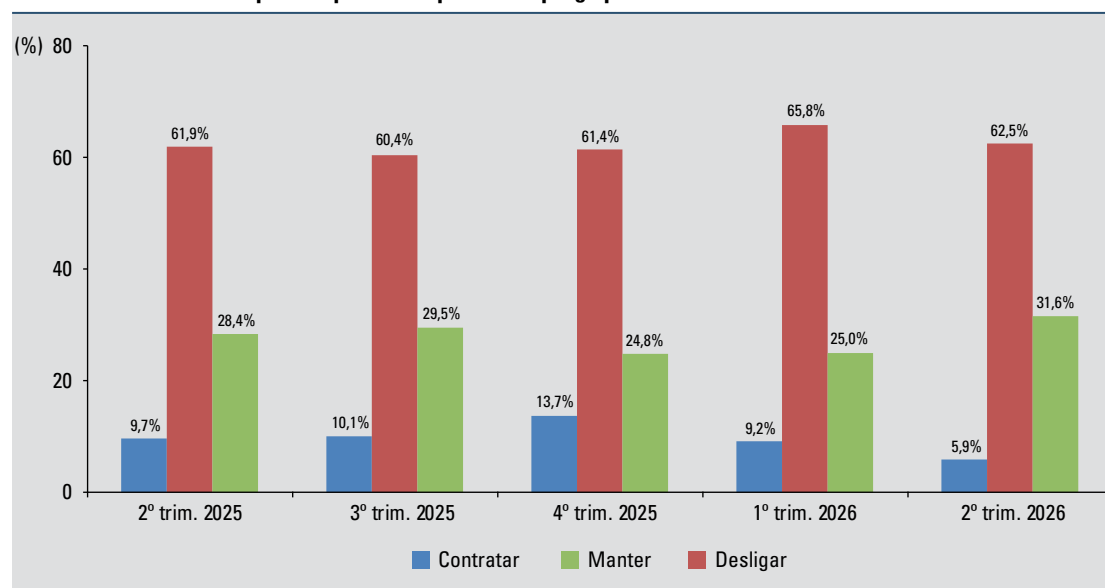
Fonte: SEI – Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano.
Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2026).

No segundo trimestre de 2026, no que diz respeito ao nível esperado de contratações futuras, analisando a média do trimestre, 62,5% dos empresários planejam manter a quantidade atual de trabalhadores, 31,6% pensam em desligar e 5,9% dos entrevistados pretendem promover a contratação de empregados (Gráfico 11). Portanto, pelo 15º intervalo em sequência, a proporção das empresas com intenção de expandir o quadro de pessoal ficou abaixo da porção das que preveem comprimir. Do mais, comparativamente ao primeiro trimestre de 2026, o percentual daqueles que planejam desligar trabalhadores se ampliou e os percentuais dos que cogitam admitir e dos que pretendem manter o quantitativo de empregados encolheram.

Conforme o gráfico abaixo, após ter perdido força, o intento do setor produtivo baiano de enxugar o quadro de funcionários aumentou pela segunda vez seguida, registrando o maior nível desde o trimestre inaugural de 2025. O fito de admitir, por sua vez, depois de recuperar fôlego nos terceiro e quarto trimestres de 2025, voltou a decrescer e emendou o segundo recuo em sequência, assumindo o menor patamar desde o visto no segundo trimestre de 2020. De resto, ao registrar 62,5% no intervalo mais recente, a perspectiva empresarial de manter o quantitativo de empregados diminuiu após duas altas consecutivas. Assim, mesmo diante de um cenário menos encorajador do que no intervalo imediatamente anterior sob o olhar empresarial (conforme os percentuais estimados), ainda não se pode garantir que essa expectativa se manifeste como um enfraquecimento consistente do mercado de trabalho no curto prazo¹⁴.

Gráfico 11

Percentual médio de respostas quanto ao quesito emprego por trimestre – Bahia – 2º trim. 2025-2º trim. 2026



Fonte: SEI – Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano.

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2026).

14 Dada a violenta e brusca quebra ocorrida em 2020, com choques vindos tanto da oferta quanto da demanda, o que dificulta a modelagem em capturar uma perturbação com tais características, optou-se por não apresentar a projeção do emprego formal desde então. Além do mais, a redução da comunicabilidade entre os pontos da série por conta das mudanças na forma de captação dos dados do Caged se revelou um obstáculo adicional. Nessas circunstâncias, portanto, a capacidade preditiva dos modelos econométricos se encontra fragilizada.

NOTA METODOLÓGICA

Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano

A fim de monitorar o nível de confiança do setor produtivo do estado mensalmente, a Pesquisa de Confiança do Empresário Baiano efetua a produção contínua e sistemática de indicadores. O principal deles é o ICEB, Indicador de Confiança do Empresariado Baiano.

Realizada diretamente com federações, associações e sindicatos patronais representativos dos segmentos empresariais do estado, a técnica de coleta utiliza um questionário com 12 perguntas de cunho qualitativo e que versam sobre temas relacionados ao contexto macroeconômico (inflação, juros, PIB nacional e PIB estadual) e ao desempenho das empresas (vendas, crédito, câmbio, capacidade produtiva, situação financeira, emprego, exportação e abertura de unidades).

Fruto de uma amostragem não probabilística intencional, a pesquisa conta, atualmente, com mais de 100 entidades representativas dos setores produtivos do estado. A cobertura setorial da pesquisa abrange quatro setores: *Agropecuária; Indústria; Serviços; e Comércio.*

Para chegar ao indicador geral é necessário, primeiramente, mensurar as respostas qualitativas do questionário. Atribui-se valor 1.000 para a resposta mais otimista; 500 para a resposta confiante; zero para a intermediária; -500 para aquela não confiante; e -1.000 para a mais pessimista. Dessa maneira, é possível calcular indicadores por questão, tema e setor, sendo o ICEB fruto de uma média dos indicadores de confiança setoriais ponderados pelo valor adicionado de cada atividade no PIB.

O valor do ICEB e dos demais indicadores podem variar de -1.000 a 1.000. Dentro desse intervalo, quanto mais próximo de -1.000, maior o pessimismo associado. Em sentido contrário, mais perto de 1.000, maior o otimismo. O zero pode ser interpretado como ponto de indiferença.

Para efeitos ilustrativos, a pesquisa trabalha com uma escala de grau de otimismo dividida em intervalos, a qual possibilita classificar o resultado conforme seu enquadramento: *Grande Pessimismo*, de -1.000 a -500; *Pessimismo*, de -500 a -250; *Pessimismo Moderado*, de -250 a zero; *Otimismo Moderado*, de zero a 250; *Otimismo*, de 250 a 500; e *Grande Otimismo*, de 500 a 1.000. Os valores de fronteira pertencem à zona imediatamente anterior, com o zero como ponto de orientação.

Escala do ICEB



